

1
2
3

ATA 310

4 Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, realizou-se
5 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
6 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua presidente interina Sandra
7 Regina Wichert Cisco. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
8 **governamentais:** Sandra Regina Wichert Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação
9 Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Ligia Cristina Souza França
10 (Fundação Municipal de Esportes); Leni Aparecida Viana da Rocha, (Secretaria Municipal de
11 Educação); Maira Martins de Hollebem (Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança
12 Pública). **Os conselheiros governamentais no exercício da titularidade:** Taisa de Cassia
13 Gomes (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG). **Os**
14 **conselheiros titulares não governamentais:** João Eliseu Montes (Entidades de Proteção
15 Social Especial de Alta Complexidade); Ines Chuy Lopes (Entidades de Proteção Social
16 Especial de Média Complexidade); Regina Rosa Pedrozo Rosa e Camila Vanessa Sviech
17 (Trabalhadores da Área); Cristiane Aparecida Maier (Entidades de Proteção Social Básica);
18 Antonio Elizeu Martins e Simone de Paula (Usuários da Política de Assistência Social). **Os**
19 **conselheiros não governamentais no exercício da titularidade:** Paulo Sainclair Heusi
20 (Usuário da Política de Assistência Social). **Justificou a ausência a conselheira:** Reni
21 Aparecida Eidam. Esteve presente a Assistente Social Priscila F. Pinheiro (Casa do Piá). A
22 reunião contou com a seguinte pauta: 1-Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da
23 ata 309; 3- Informes; 4-Informe da reunião com os Deputados Federais; 5-Parecer conjunto
24 da Comissão de Acompanhamento do SUAS, de Acompanhamento do PBF e do FMAS
25 sobre o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro dos recursos do
26 IGD/PBF de 2017 (prestação de contas para o MDS); 6- Parecer conjunto da Comissão de
27 Acompanhamento do SUAS e Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os
28 encaminhamentos referentes ao Abrigo Governamental para adolescentes e
29 encaminhamentos quanto a redução do número de acolhidos no Lar Guilherme Cavina; 7-
30 Informes da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno. A presidente interina
31 Sandra Cisco iniciou a reunião às 14:10, solicitando ao Pastor João a oração de abertura.
32 Após discussão, a pauta foi aprovada. Colocada em apreciação a ata nº 309. A ata foi
33 aprovada. Informes Gerais: comunicado o recebimento do ofício encaminhado pela
34 conselheira Ana Cristina Duda solicitando seu desligamento como conselheira e
35 representante dos usuários. O primeiro suplente, conselheiro Paulo Heusi, assume a
36 titularidade. Informado sobre o recebimento do relatório da movimentação orçamentária e
37 financeira do FMAS referente a outubro de 2018. Repassado o recebimento de ofício do
38 Ministério Público solicitando visita na Associação Vida Protegida, a fim de verificar se
39 aprimorou sua estrutura física de acordo com o exigido na RDC 283/2015 da Anvisa, se
40 ampliou seu RH, consolidou o setor administrativo e se está em condições de permanecer em
41 funcionamento. Foi informado a realização de contato telefônico com a Presidente para
42 verificar as alterações ocorridas desde a última visita e emissão de parecer. A presidente da
43 Entidade Sra. Gilmara comunicou o afastamento da assistente social e responsável técnica,
44 estão buscando outro profissional, os outros pontos permanecem inalterados, com exceção
45 da Licença Vigilância que foi entregue uma cópia ao CMAS. Decidido que o parecer será
46 atualizado e enviado ao Ministério Público. Item 4 da pauta: informe da reunião com os



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

47 Deputados Federais. A reunião foi iniciada as 14h00min e suspensa às 15h00min,
48 considerando que nenhum deputado federal convidado compareceu ou enviou representante.
49 Foi descartada a possibilidade de convocar outra reunião, decidido pelo envio de
50 correspondência. Item 5: Parecer conjunto da comissão de acompanhamento do SUAS,
51 acompanhamento do Programa Bolsa Família e do Fundo Municipal sobre o Demonstrativo
52 Sintético Anual da execução físico financeira dos recursos do IGD/PBF de 2017. Informado
53 que as Comissões avaliaram conjuntamente a prestação de contas apresentada pela diretora
54 do Fundo Municipal de Assistência Social. Por ocasião do preenchimento do formulário do
55 Ministério do Desenvolvimento Social foi percebido uma divergência de valores, entre o que
56 aparece no sistema e os valores que estão no banco (comprovado pelos extratos bancários).
57 O valor registrado pelo FMAS é maior que o valor apresentado no sistema. Foram verificadas
58 divergências entre o saldo a reprogramar e o saldo bancário, no valor de R\$ 461.190,48
59 (quatrocentos e sessenta e um mil, cento e noventa reais e quarenta e oito centavos). Ao
60 verificar as prestações de contas anteriores foi encontrada uma diferença no valor de R\$
61 79.852,98 (setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos)
62 não lançado nas prestações de contas anteriores. No ano de 2014 o saldo a reprogramar
63 para o ano seguinte foi zerado no sistema, sendo que o correto seria R\$ 381.337,50
64 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), fechando
65 assim a diferença existente entre o saldo bancário e o sistema do MDS. Será enviado ofício
66 ao Ministério do Desenvolvimento Social solicitando orientações sobre os procedimentos a
67 serem adotados para regularização dos valores no sistema. A conselheira Sandra explicou
68 que o sistema não somou os valores e transportou de um ano para o outro um valor menor. O
69 pleno aprovou o parecer e o envio de ofício para o MDS solicitando a abertura do sistema e a
70 correção dos valores. **Parecer:** O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-
71 Financeira do IGD/PBF/2017 foi aprovado uma vez que os recursos foram aplicados na
72 execução descentralizada do PBF, em ações de gestão de benefícios, condicionalidades,
73 programas complementares e do Cadastro Único. Ocorreu a aplicação do recurso na gestão
74 do cadastramento, com iniciativas de identificação do público, entrevista e coleta de dados,
75 inclusão dos dados no sistema, manutenção das informações, capacitação de entrevistadores
76 e operadores do Sistema de CadÚnico. Quanto ao caráter intersetorial do PBF, ocorreram
77 investimentos no acompanhamento e controle do cumprimento das condicionalidades de
78 saúde e educação e ao encaminhamento das famílias mais vulneráveis para
79 acompanhamento familiar. Foi executada a revisão dos dados de famílias beneficiárias do
80 PBF, assim como a estruturação das unidades executoras do CadÚnico. Ocorreu aplicação
81 do financiamento em atividades de gestão e execução local do PBF e do CadÚnico. Todo o
82 recurso aplicado foi nas finalidades a que se destina. O recurso também foi utilizado no apoio
83 operacional às instâncias de controle social, principalmente do Conselho Municipal de
84 Assistência Social. A aplicação do recurso do IGD/PBF está de acordo com os padrões
85 estabelecidos porém, foi constatado divergência entre o saldo a reprogramar apresentado no
86 sistema e o saldo bancário (conforme extratos bancários apresentados). O CMAS avalia
87 como indispensável a abertura do sistema e a regularização dos valores. **Aprovado**
88 **conforme Resolução/CMAS/Nº50/2018.** Informado que na reunião conjunta, a Comissão de
89 Acompanhamento do PBF analisou e aprovou as informações repassadas sobre as parcelas
90 do IGD/PBF recebidas no ano de 2018, os empenhos emitidos de 01/07 a 31/10, no total de
91 R\$ 155.463,54 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e
92 cinquenta e quatro centavos). Foi apresentado também os empenhos pagos no período de
93 01/07 a 31/10 no total de R\$ 21.663,42 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

94 quarenta e dois centavos). Na reunião das Comissões ocorreu um repasse de informações
95 pela Assistente Social Ana Seres Leite sobre a atualização cadastral, comunicado que o
96 índice do IGD está em 0,84%, foi comentado esse valor é alto para o município o que significa
97 um bom desempenho da equipe que executa o Cadúnico. Foi discutido que há uma demanda
98 muito grande para o Cadúnico, os CRAS estão se empenhando muito neste sentido,
99 ocasionando falta de tempo para outros programas. O conselheiro João Montes lembrou que
100 a Comissão também discutiu a questão do repasse do mês de janeiro de 2018 para as
101 Entidades que ficou em aberto, a Comissão cogitou em encaminhar um ofício à PGM
102 (Procuradoria Geral do Município) em nome da Dra. Regina Wolochn, solicitando informações
103 sobre esse pagamento. A presidente Sandra informou que as Entidades solicitaram uma
104 reunião e a Comissão de Monitoramento e Avaliação da FASPG recebeu os seguintes
105 representantes: Sr. Laertes de Freitas, Sra. Nair S. Serrato, Sr. Armando Madalosso Vieira e
106 a Sra. Vera Taborda, a questão do pagamento pendente foi discutida e concluiu-se que é uma
107 questão muito delicada porque a decisão deve ser tomada na Prefeitura, acredita que o ofício
108 seja uma solução. A presidente informou que foi discutido com os representantes o reajuste
109 para o ano que vem, no orçamento foi colocado 3,5% de aumento, o qual está em fase de
110 aprovação no Legislativo. Acordado o envio de ofício solicitando um posicionamento e ser
111 enviado para a Secretaria de Finanças e Procuradoria. Ficou decidido que uma comissão não
112 governamental entregará esse ofício pessoalmente. A comissão será composta pelos
113 conselheiros: João Montes, Inês, Regina, Camila, Cristiane, Simone e Antonio. Como
114 representante governamental foi sugerida a conselheira Thais como vice-presidente. No
115 próximo item da pauta foi apresentado o parecer conjunto da Comissão de Acompanhamento
116 do SUAS e Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os encaminhamentos referentes ao
117 Abrigo Governamental para adolescentes. A coordenadora da Comissão, conselheira Regina
118 informou que foi discutido o relatório da visita técnica realizada pelo Escritório Regional da
119 SEDS. O relatório trás vários apontamentos sobre o funcionamento do Abrigo, desde o
120 recurso recebido, o atendimento realizado, instalações físicas, equipe, também aborda
121 algumas sugestões. A diretora do Departamento de Proteção Social Especial – conselheira
122 Thais, repetiu as colocações já realizadas na reunião das Comissões: o Departamento está
123 fazendo uma reformulação no atendimento e também em algumas salas. A conselheira Thais
124 ressaltou que é necessário fazer um reordenamento assim como os abrigos não
125 governamentais, este serviço também deve passar por este processo. Colocou que vê
126 necessidade de mudança de nome, não mais abrigo provisório, porque como provisório tem
127 ocorrido acolhimentos absurdos, explanou que a assistente social Karina está fazendo um
128 levantamento do número de acolhimentos que ocorreram no Abrigo Provisório e em todos os
129 outros juntos, o volume é muito grande e questiona-se se realmente são demandas de
130 abrigamento. A conselheira Thaís informou que foi agendado uma reunião com o Ministério
131 Público (Dra. Caroline Schaffka Teixeira de Sá) e com outros representantes da rede
132 socioassistencial para discutir o fluxo de encaminhamentos para o Abrigo. Informado
133 também, que o Abrigo passará a funcionar em outro endereço e terá um processo de
134 reordenamento. Próximo item da pauta é sobre os encaminhamentos quanto a redução do
135 número de acolhidos no Lar Guilherme Cavina. A presidente Sandra lembrou que o CMAS
136 deliberou na plenária de dezenove de abril deste ano sobre a redução do número de
137 usuários no Lar Guilherme Cavina, da seguinte forma “[...] manutenção dos valores até
138 quando chegar em 10 residentes, neste ponto, será realizada uma reavaliação, porque pode
139 ser uma residência inclusiva.” Hoje a Entidade tem 23 metas no termo de colaboração, 22
140 ocupadas e um acolhido sendo pago por Castro, mediante convênio com o município de



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

141 origem, o nome deverá ser retirado da frequência. Foi proposto para o Lar Guilherme Cavina
142 o acolhimento de um usuário remanescente do Recanto Maria Dolores que está no Pequeno
143 Aconchego em Curitiba, pago pelo município de Ponta Grossa. Por este usuário estar fora da
144 sua cidade está muito difícil receber visitas da mãe e da irmã, é justo que seja transferido
145 para o Lar Guilherme Cavina, para que possa conviver com sua família, uma vez que existem
146 vagas em aberto. Em contato com a Entidade comunicaram que havia um acordo com o
147 CMAS que a Entidade não receberia mais ninguém. A equipe da FASPG informou que a
148 Entidade vai receber o repasse mensal somente por 21 pessoas e conforme for diminuindo o
149 número de pessoas reduzirá também o repasse do número de metas. A conselheira Sandra
150 comentou que é muito injusto o fato da Entidade ficar recebendo pelo mesmo número de
151 metas e ir reduzindo, uma vez que as outras entidades têm que cumprir rigorosamente suas
152 metas, que o parecer do conselho pode ser mudado já que neste momento se faz necessário
153 esse ajuste. O CMAS tem duas possibilidades: a Entidade não acolhe mais usuários e a partir
154 de janeiro/19 receberá por 21 metas e vai diminuindo sucessivamente, ou mantém os 23
155 acolhimentos. Após discussão, foi formada uma Comissão para trabalhar o plano de
156 transição, dando suporte para a Entidade, Foi comentado que o município e a Entidade
157 podem responder legalmente por esta situação. A Comissão foi composta pelos seguintes
158 conselheiros: Thais, Karina, Carla e Inês. A presidente chamou o último informe: Comissão
159 Especial de Revisão do Regimento Interno, a reunião da Comissão não aconteceu por falta
160 de quórum, decidido que os membros da Comissão levem uma cópia do regimento interno
161 com as alterações já discutidas pela Comissão para realizar as contribuições, será um
162 trabalho à distância. O conselheiro João Montes indagou se o restaurante popular vai fechar
163 no período de férias. Os conselheiros argumentaram que não deveria fechar e a presidente
164 Sandra sugeriu que seja feito um ofício solicitando o não fechamento. Finalizada a pauta e
165 nada mais havendo a tratar, a presidente interina Sandra Regina Wichert Cisco encerrou a
166 reunião agradecendo a presença de todos. Esta ATA foi transcrita pela agente social Maria
167 Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa, após
168 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.
169